



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10930.006312/2008-45

**Recurso nº** 913.243

**Resolução nº** 2202-00.172 – 2<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Data** 12/03/2012

**Assunto** Sobrestamento - RRA

**Recorrente** ARMANDO DIAS DOS SANTOS

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ARMANDO DIAS DOS SANTOS.

RESOLVEM os Membros da 2<sup>a</sup> Turma Ordinária da 2<sup>a</sup> Câmara da 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento do CARF, por unanimidade de votos, decidir pelo sobrestamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Após a formalização da Resolução o processo será movimentado para a Secretaria da Câmara que o manterá na atividade de sobrestado, conforme orientação contida no § 3º do art. 2º, da Portaria CARF nº 001, de 03 de janeiro de 2012. O processo será incluído novamente em pauta após solucionada a questão da repercussão geral, em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

(Assinado digitalmente)

Nelson Mallmann – Presidente

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez – Relator

Composição do colegiado: Participaram do presente julgamento os Conselheiros Maria Lúcia Moniz de Aragão Calomino Astorga, Rafael Pandolfo, Antonio Lopo Martinez, Odmir Fernandes, Pedro Anan Júnior e Nelson Mallmann. Ausente justificadamente o Conselheiro Helenilson Cunha Pontes.

## RELATÓRIO

Em desfavor da contribuinte, ARMANDO DIAS DOS SANTOS, foi lavrada à Notificação de Lançamento de fls. 31 a 37, frente e verso, resultante de revisão da Declaração de Ajuste Anual - DAA correspondente ao exercício de 2006, ano-calendário de 2005, que exige R\$ 798,89 de Imposto de Renda suplementar, R\$ 599,16 de multa de ofício e R\$ 247,49 de juros de mora, em decorrência da alteração do valor do imposto devido, e R\$ 5,35 de Imposto de Renda, R\$ 1,07 de multa mora e R\$ 1,65 de juros de mora em decorrência das alterações da valor do imposto retido na fonte.

Segundo o relatório Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal , fl. 32 e 35, da análise das informações e documentos apresentados pelo contribuinte e das informações constantes dos sistemas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, constatou-se a omissão de rendimentos tributáveis recebidos acumuladamente em ação trabalhista contra o Banco Itaú S/A, no valor de R\$ 28.843,15, e compensação indevida de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no montante de R\$ 72,95, referente à mesma fonte pagadora.

O relatório fiscal também informa ter sido constatada omissão de rendimentos tributáveis recebidos do Governo do Paraná - Secretaria de Estado da Fazenda, no montante de R\$ 10.774,82.

Cientificado do lançamento em 12/11/08, segundo consulta de postagem de fl. 82. o contribuinte ingressou com a impugnação tempestiva de fls. 01 e 02, em 27/11/08, alegando, sem síntese, que não discorda da omissão de rendimentos apurada pela fiscalização, no montante de R\$ 10.774,82 e referente ao Governo do Paraná - Secretaria de Estado da Fazenda, porém, não concorda com o valor considerado pela fiscalização, no montante de R\$ 39.617,97, pois "todas as verbas recebidas [na ação trabalhista] foram devidamente discriminadas, inclusive deduzindo do valor retido, o imposto correspondente aos rendimentos exclusivos na fonte."

Diante desses esclarecimentos, pede o Impugnante que os cálculos sejam refeitos, considerando-se, apenas, a omissão de rendimentos no valor de R\$ 10.774,82 e analisando-se "minuciosamente os documentos anexos devidamente apresentados [no] espelho de cálculo."

Tendo em vista tratar-se de impugnação parcial, a Delegacia da Receita Federal em Londrina/PR efetuou o cálculo da parcela não impugnada, vide fl. 85, porém, como resultou em saldo de imposto a restituir e não a pagar, concluiu-se que todo o valor em cobrança, R\$ 798,89 (fl. 83), deverá ter a sua exigibilidade suspensa.

A DRJ ao apreciar os argumentos do contribuinte, entendeu que o lançamento está correto, julgando a impugnação improcedente.

Insatisfeita, a interessada interpõe recurso tempestivo, reiterando os mesmo argumentos da impugnação.

É o relatório.

**VOTO**

Conselheiro Antonio Lopo Martinez, Relator

Ante de apreciar o recurso cabe discutir se o referido processo estaria sujeito a sobrestamento.

Após análise pormenorizada dos autos entendo que cabe aqui sobrestamento de julgado feito de ofício pelo relator, nos termos do art. 62-A e parágrafos do Anexo II do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria MF nº 256, de 22 de junho de 2009, verbis:

*Art. 62-A. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional, na sistemática prevista pelos artigos 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, deverão ser reproduzidas pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do CARF.*

*§ 1º Ficarão sobrepostos os julgamentos dos recursos sempre que o STF também sobrepor o julgamento dos recursos extraordinários da mesma matéria, até que seja proferida decisão nos termos do art. 543-B.*

*§ 2º O sobrepostamento de que trata o § 1º será feito de ofício pelo relator ou por provocação das partes.*

**No conteúdo da acusação fiscal resta claro, nos autos de que a exigência refere-se a rendimentos recebidos acumuladamente – RRA.**

Diante de todo o exposto, proponho o SOBRESTAMENTO do julgamento do presente Recurso, conforme previsto no art. 62, §1º e 2º, do RICARF. Observando-se que após a formalização da Resolução o processo será movimentado para a Secretaria da Câmara que o manterá na atividade de sobreposto, conforme orientação contida no § 3º do art. 2º, da Portaria CARF nº 001, de 03 de janeiro de 2012. O processo será incluído novamente em pauta após solucionada a questão da repercussão geral, em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez



## Ministério da Fazenda

### PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

#### Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por ANTONIO LOPO MARTINEZ em 24/05/2012 18:23:04.

Documento autenticado digitalmente por ANTONIO LOPO MARTINEZ em 24/05/2012.

Documento assinado digitalmente por: NELSON MALLMANN em 25/05/2012 e ANTONIO LOPO MARTINEZ em 24/05/2012.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARIA MADALENA SILVA em 08/08/2020.

#### Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP08.0820.15520.HB24**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha1:**

**C35445B78C52082DF9ADAF7263210CBA46C769A0**